

## Compreendendo o Alto Rio Negro Indígena através de pontos de História

Understanding the Upper Rio Negro Indigenous through points of History

Matheus dos Santos Lisboa<sup>1</sup>

PPGA-IFCH-UFPA

e-mail: mmatheuslisboa70@gmail.com - orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0172-0315>

DOI 10.5281/zenodo.14531552

### Resumo

O presente trabalho se debruça ao entendimento da região do Alto Rio Negro, no Amazonas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que englobe saberes ocidentais e dos povos tradicionais. A região compreendida é alvo de intensas investigações no campo das ciências sociais, sendo território de diversos povos indígenas que vivem em rede e fazem desta a região com maior diversidade indígena do país, consolidando um sofisticado sistema regional agroflorestal. Assim, caminha-se pelos chamados pontos de história: lugares sagrados, marcos importantes no cotidiano dos povos que habitam o Alto Rio Negro, com o intuito de compreender as relações que se materializam o território.

**Palavras-chave:** Alto Rio Negro; História Indígena; Pontos de História.

### Abstract

This work focuses on understanding the Alto Rio Negro region, in Amazonas, from an interdisciplinary perspective that encompasses Western knowledge and traditional peoples. The region is the target of intense investigations in the field of social sciences, being the territory of several indigenous peoples who live in a network and make this the region with the greatest indigenous diversity in the country, consolidating a sophisticated regional agroforestry system. Thus, we walk through the so-called points of history: sacred places, important landmarks in the daily lives of the people who inhabit the Alto Rio Negro, with the aim of understanding the relationships that materialize in the territory.

**Keywords:** Alto Rio Negro; Indigenous History; Story Points.

## 1. INTRODUÇÃO

A história da ocupação da Amazônia é a história das múltiplas ocupações, seja a ocupação das populações tradicionais, que domesticaram e manejaram a floresta, sendo os indígenas da América do Sul responsáveis por fazer a maior floresta do mundo: a Amazônia. Seja a ocupação do colonizador branco europeu que foi determinante para o genocídio dos povos indígenas, iniciado pelo processo de colonização e readequado pelo Estado Brasileiro.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia (PPGA-UFPA); Especialista em História do Brasil e em Ensino de História e Geografia (Faculdade Metropolitana de São Paulo).

A visão comumente atribuída à Amazônia é dual: ou a floresta é uma das grandes regiões verdes do planeta, preservada, intocável, uma verdadeira imensidão verde, um paraíso, ou a Amazônia está sendo destruída. A ideia que fica é que ou se tem uma floresta intocável, e absolutamente sem gente e sua influência, ou se tem uma floresta destruída por consequência da ocupação humana, como se a floresta fosse incompatível com a presença humana. Essa dualidade, que exclui a indigeneidade da floresta, é também política, com o intuito de minar a possibilidade de entendimento de que algo tão complexo e sofisticado foi feito por mãos tão... “simples”. Mas o que se sabe é que a presença humana teve um papel importante na formação de determinadas paisagens e seus efeitos passados contribuem para os padrões das paisagens atuais (Denevan 1992, Forman 1997, Balée 1998, Turner et al. 2001, Hornborg 2005).

Assim, a tese de que a racionalidade europeia era a única capaz de explicar o mundo (e a visão dual dita acima bebe dessa lógica ocidental) jamais se bastou na Amazônia, é justamente um contraponto ao paradoxo ocidente *versus* não ocidente sacramentado pelo estudo da Antropologia, que tem sido e continua a ser primariamente o estudo do outro não-ocidental pelo eu ocidental, mesmo que, em seu novo formato, procure explicitamente dar voz ao Outro ou apresentar um diálogo entre o eu e o outro, seja textualmente, seja por meio de uma explicação do encontro no trabalho de campo (Abu-Lughod, 2018).

Nas sociedades indígenas da planície amazônica prevalece não a relação sujeito-objeto, antropocêntrica, de poder e dominação, mas a relação entre sujeitos, humanos e não humanos, baseada na troca e na reciprocidade (Pardini, 2020). Nesse sentido, o manejo da floresta foi algo sofisticadamente pensado pelas populações ameríndias, e não teria como ser diferente, a construção e a transformação das paisagens amazônicas em um mosaico de bosques foram conscientes e orientada por suas ontologias, através da sobreposição de diferentes mobilidades, das particularidades das árvores frutíferas, especialmente as palmeiras, e de suas distribuições (Shock e Moraes 2019).

Nesse sentido e partindo a proposição de Shock e Moraes, há de se afirmar que os povos indígenas da Amazônia tinham consciência de suas ações, obviamente não agiram sozinhos e por consequência não foram os únicos responsáveis por tornar a floresta o que ela é, mas tiveram parte agente e protagonista nesse processo. Assim sendo, parto para o conceito de território fundamentado por Raffestin (1993) para compreender o Alto Rio Negro:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (Raffestin., 1993, p. 143)

Nesse contexto, a concepção de território parte do pressuposto de que o espaço é anterior ao território. Oliveira (2006) afirma, então, que para a compreender a dinâmica

territorial dos povos indígenas é necessário tomar posse, também, dos conceitos da sociedade ocidental sobre a terra, em especial o de propriedade privada, compreendendo-a partir da visão dos povos indígenas, partindo para a ideia de que a propriedade privada distorce o significado dos territórios indígenas, originalmente e por excelência coletivos.

Mas a realidade da materialidade é cruel e nada abstrata, sabe-se que os territórios indígenas não são lidos como algo pertencente ao coletivo, em que pese a garantia da legalidade jurídica prevista na constituição e que segue em pleno risco com a tese do marco temporal.

## 2. ANÁLISE DA PAISAGEM DO ALTO RIO NEGRO: PONTOS DE MEMÓRIA

A compreensão do território do Alto Rio Negro compreende-se, também, pela análise da paisagem. Assim, parto do entendimento de Crumley et al. (2017) sobre as paisagens como portadoras de identidade do lugar, o que não é uma ideia nova para os indígenas da região. Na visão dos povos indígenas do Alto Rio Negro, os lugares sagrados, chamados de wametisé na língua tukano, são lugares que possuem história e significados, e guardam as marcas e os poderes tangíveis e intangíveis dos tempos da origem da humanidade por onde percorreu a Canoa de Transformação (Pa'muri yuhkusu), são lugares de história (Almeida, 2019). Ou seja, a paisagem respira a história porque a vida dos antepassados está enraizada lá, a preservação da memória histórica se dá por práticas narrativas e performativas, que se fundem numa “escrita topográfica”, um sistema baseado em elementos da paisagem imbuídos de história (Santos Granero, 1998).

Nesse sentido, parte-se dos conceitos da cartografia social como metodologia de mapeamento de pontos de memória na região do Alto Rio Negro, como uma forma de interagir dialeticamente com a paisagem. Mapear algo parte de um ponto de vista, é claro, por isso o caráter político dos mapas e da cartografia, o território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável, foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política (Lussalt, 1995). Mas o caráter performático de um mapa parte de uma realidade concreta e gera efeitos na materialidade do concreto.

Os pontos de história aqui citados foram escolhidos a partir dos trabalhos de Almeida (2019) e Pedrosa (2019), o intuito deste esboço de mapeamento é discutir a diversidade multicultural da região a partir das descrições das paisagens e lugares encantados.

### 2.1 Pontos de história: A Comunidade Matapi e os lugares encantados

A comunidade Matapi localiza-se na margem direita do baixo Uaupés, no município de São Gabriel da Cachoeira, sendo o território habitado por várias etnias, como os Tukano, Desana, PiraTapuya, Hupd'äh, Bará, Tariano, Tuyuka e Ye'ba mahsã. A ocupação do território data de muito antes da chegada dos colonizadores com os Kuewana, sendo o processo colonizador responsável pelo êxodo das populações que ali habitavam. Já que os indígenas eram escravizados ou estavam em constante conflito com grupos indígenas

maiores e exploradores de riquezas naturais do Alto Rio Negro que eram comercializadas com os brancos (Almeida, 2019).

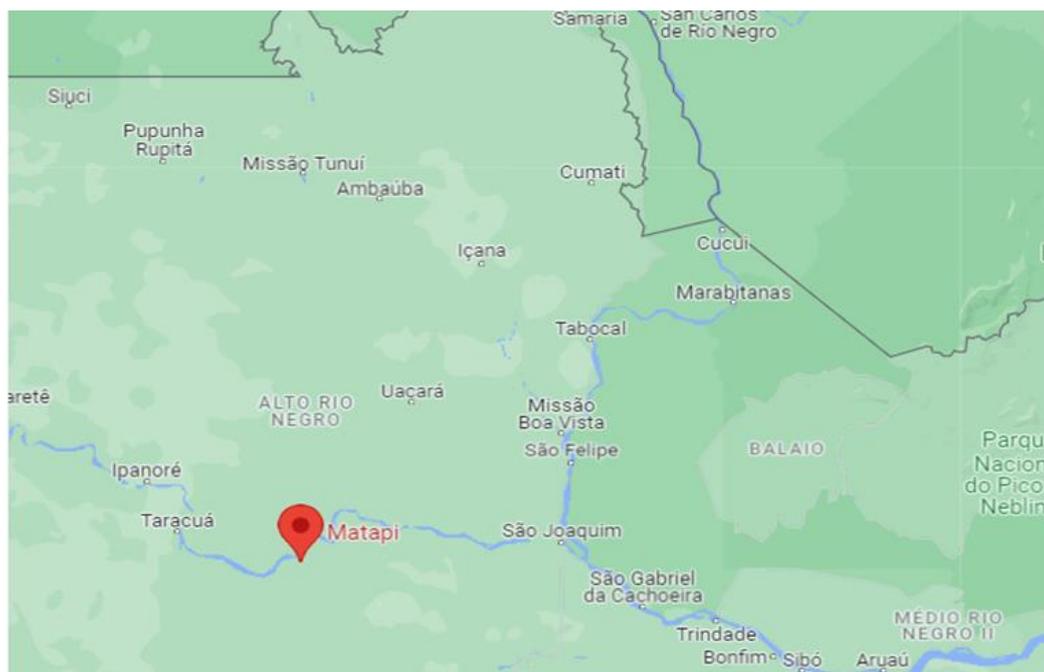
O êxodo dos Kuewana deixou rastros no antigo território ocupado por eles, em processos de migração que são característicos do mosaico amazônico, nesse sentido os pontos de memória e a ideia de paisagem como narrativa viva da história são fundamentais para o entendimento dos processos de continuidade e descontinuidade no Alto Rio Negro. É o caso da Muhipu wi'i (Casa da Lua), importante lugar para os moradores da comunidade de Matapi, que o entendem como legado deixado pelos antepassados, nesta casa, para as futuras gerações - conhecimentos intangíveis tais como os benzimentos benéficos e também os benzimentos malignos (Almeida, 2019).



**Imagem 1** – Pedra da Lua. Foto: Uremini Almeida, (2019).

Para todos verem: rocha em formato triangular, rodeada por formações rochosas, vegetação e curso d'água.

Os lugares encantados são marcados por narrativas que designam a importância do significado das paisagens como marcadores de memória para os povos indígenas que vivem na comunidade Matapi. As narrativas explicam, por exemplo, porque há roças em determinados lugares da floresta e em outros não, a exemplo do Sítio Embaúba, local de terra preta bem fértil e que hoje só há roças devido ao benzimento do Pajé.



**Imagem 2** – Comunidade Matapi. Fonte: Google Maps, (2024).

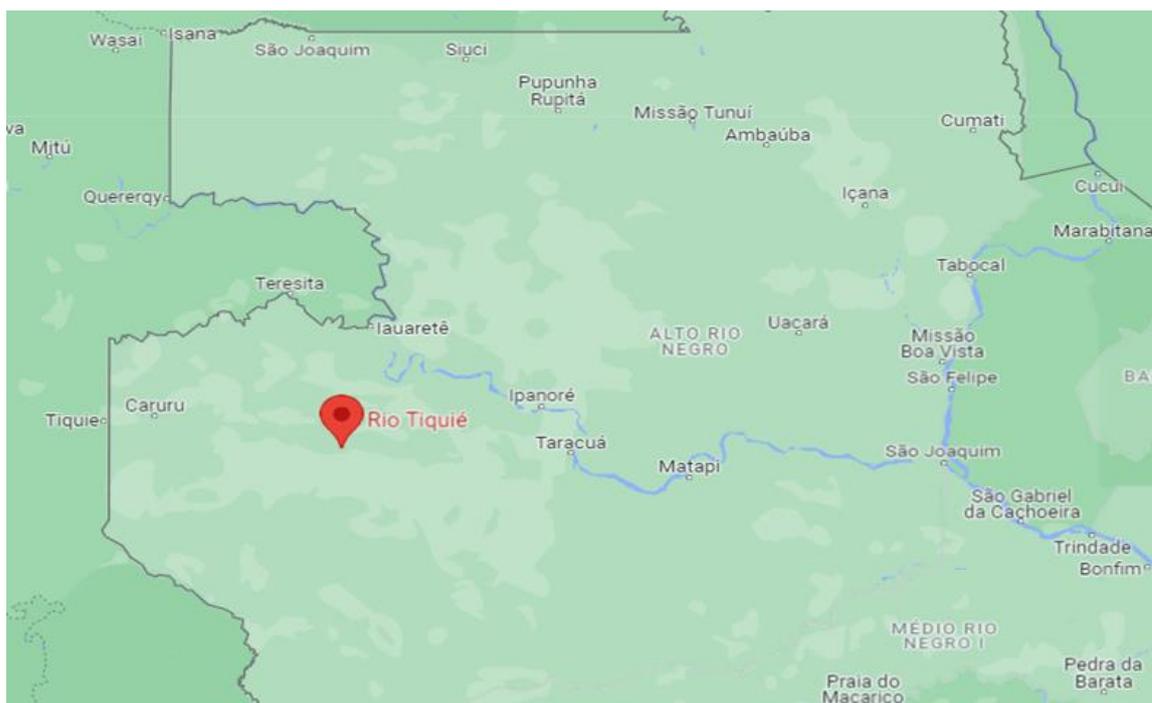
Para todos verem: imagem da região da comunidade Matapi, às margens do Rio Uaupés.

## 2.2 Pontos de História: Lugares sagrados no baixo e médio Rio Tiquié

Seguindo na seara da narrativa como marcadora da memória da paisagem, os povos indígenas entendem que todo lugar sagrado tem vida e tem dono, portanto, a emergência da preservação desses lugares e de sua memória para as próximas gerações. Nesse contexto, Pedrosa (2019) mapeia 60 lugares sagrados para os povos que habitam a calha do Rio Tiquié, sob a perspectiva da trajetória da Canoa de Transformação, que narra a origem da humanidade dos Wa'ipirõ Porã, nomenclatura dada ao conjunto de povos indígenas que habitam as margens do rio.

Os lugares sagrados são rios, margem de rios, igarapés, cachoeiras, lagos, comunidades abandonadas, tudo o que estava no caminho da Canoa de Transformação era uma preparação para a humanidade depois que saísse do Buraco de Transformação. A exemplo da Lagoa de Sal, localizada na comunidade Vila Nova, lugar onde a Gente de Transformação fez um benzimento para que o sal (moã) fosse consumido por toda a gente como se fosse uma só família, sem brigar devido ao sal (Pedrosa, 2019).

A rede de canais e rios que envolve a narrativa da Canoa de Transformação é conhecida como Pamuri okomari, o percurso que compreende o Rio Negro é constantemente lembrado nos rituais de benzimento, seja para atribuir nome ao recém-nascido ou nas cerimônias rituais. Os indígenas respeitam esses lugares, mas os brancos não (Barbosa, 2019), e essa é uma demanda que encontra barreira inclusive na política indigenista, onde o próprio processo de demarcação pode não considerar esses lugares.



**Imagem 3** – Rio Tiquié. Fonte: Google Maps, (2024).  
Para todos verem: imagem da região do Rio Tiquié.

### 2.3. Pontos de História: A paisagem urbana de São Gabriel da Cachoeira

A crônica urbanista moderna coloca a cidade em contraponto à natureza. Harvey (1973) entende, inclusive, que a cidade é uma negação da natureza, uma vez que se trata em grande parte de algo feito pela ação humana. “Despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem” (Santos, 1994), parte-se daí, a definição de que a Cidade deve ser lida como um fenômeno indissociável do capitalismo, este que por consequência só pode ser urbano.

A complexidade da vida na Amazônia, traduzida nas diversas relações em teia caracterizadas neste trabalho, também se faz presente nas diferentes leituras acerca do debate sobre a urbanização das cidades amazônicas. Nesse contexto, Trindade Júnior (2013) propõe a diferenciação entre cidades “na” floresta e cidades “da” floresta. Para o autor, essas cidades acompanham as dinâmicas das sub-regiões das quais fazem parte, mas também têm suas particularidades que não necessariamente semelhantes às de outras regiões do país.

Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem (Krenak, 2022), realidade que se aproxima de São Gabriel da Cachoeira. Parto sob a ótica do Mercado Municipal da cidade para defender o porquê esta cidade, mesmo sendo bombardeada pela modernidade fantasiada de desenvolvimento que aflige as cidades contemporâneas, resiste e insiste em não negar sua relação com a floresta e seus produtos.

Os moradores da cidade e arredores vivenciam importantes transformações em seu modo de vida, que se traduzem, sobretudo, por mudanças nos regimes de sociabilidade, nos padrões residenciais e nas estratégias para a exploração dos recursos naturais (Eloy e Lasmar, 2006). Embora a cidade propriamente dita esteja fora da área demarcada, a influência do processo de urbanização se espalha sobre as Terras Indígenas, configurando uma relação dinâmica entre os dois domínios (Eloy e Lasmar, 2011).

Nesse contexto, Krenak (2022) afirma que a floresta, os bosques e os ecossistemas vivos, com a sua capacidade óbvia de produzir vida, estão se transformando em lugares que devem ser cercados para não contaminarem as cidades, ou seja, a negação da floresta. Esse fenômeno já ameaça as grandes cidades da Amazônia, que apesar da eminente relação com os rios e com as matas, em nome do desenvolvimento, desmatam, se tornando verdadeiras selvas de pedra, não à toa os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam Belém–PA, Manaus–AM e Rio Branco–AC como as capitais menos arborizadas no país (Rylo, 2019), apesar de encravadas na Amazônia.

A floresta está cada vez mais isolada das cidades amazônicas, sobretudo das grandes cidades, mas não está desaparecida. Os mercados e feiras ainda são o elo entre a floresta, seus produtos e a cidade. O fenômeno da negação da floresta não parece ser uma realidade das cidades do interior da Amazônia, que carregam forte relação com as matas e com os rios, mas a figura da feira ou do mercado municipal na paisagem urbana aparenta ser um elemento onipresente, o elo materializado entre as roças, florestas e seus produtos e a cidade que se traduz num fenômeno que Freyre (1945, 1982) entende por “rurbano”. A rubarnidade é compreendida como um conceito de desenvolvimento que combina elementos tipicamente urbanos e rurais, traços de um legado de ocupação “lusu-católica”, marcado pela incompletude de processos de separação dos espaços urbanos e rurais (Carmo, 2021), isso se concretiza em São Gabriel da Cachoeira.

O espaço do Mercado Municipal é onde a agricultura familiar do município se encontra para realizar inúmeras e ricas trocas de alimentos, conhecimentos, histórias e todos os elementos que compõe a vida no Alto Rio Negro (Trivelatto, 2019). Nesse contexto, Ladio e Albuquerque (2014) entendem que as feiras são verdadeiros sítios de resistência e de intercâmbios de conhecimentos, caracterizados pela coexistência de diferentes universos simbólicos. Isso definitivamente descreve a paisagem do Mercado Municipal, sendo palco importante da troca de conhecimentos sobre os produtos da floresta.



**Imagem 4** – Mercado Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Caio Trivelato, (2018).  
Para todos verem: entrada do mercado municipal revestido pelas cores verde e vermelho, margeado por uma avenida arborizada.



**Imagem 5** – Mercado Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Caio Trivelato, (2018).  
Para todos verem: interior do mercado municipal, bancas de farinha de mandioca e pessoas trafegando pelos corredores.

Nesse sentido, a paisagem envolvida pelo Mercado Municipal, onde a maioria dos produtos são comercializados por indígenas, mas o público consumidor é, na maioria, não indígena, vai de encontro ao simbolismo dos signos por trás da paisagem, no mercado onde a maioria dos vendedores é indígena, quem compra, são os funcionários públicos da cidade, militares, etc., que geralmente são não indígenas.

O patrimônio das paisagens é crucial para salvaguardar o acesso das pessoas e o envolvimento com o passado (Crumley et al., 2017). Estamos falando de uma região que tem envolvimento histórico e tradicional com a troca e comercialização de produtos da

floresta, desde a coleta das drogas do sertão, trabalho eminentemente indígena (Pompeu e Matos, 2021), passando pela consolidação do comércio nas feiras e mercados.

Logo, Eloy e Lasmar (2011) pontuam que o processo de urbanização no Alto Rio Negro se baseia em um sistema complexo de acesso aos recursos que se associa diretamente a um padrão multilocal de organização das atividades produtivas entre cidade e floresta. Ou seja, o abastecimento está ligado intrinsecamente ao sistema cultural alto rio negrino que por sua consequência estabelece uma relação indissociável cidade-floresta. Não existe uma dicotomia rígida entre a cidade e a floresta, sendo uma importante manifestação das territorialidades indígenas na ideia particular de cidade que é São Gabriel da Cachoeira. Da ocupação forçada do estrangeiro às ausências propositais na história oficial do Brasil, o Alto Rio Negro multicultural se insere numa lógica orquestrada de apagamento histórico das Amazônias.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho revisa dados etnográficos e históricos referentes aos povos que habitam o Alto Rio Negro, de modo a compreender o território a partir do que se compreendeu nomear de pontos de história. Parte-se para a compreensão da dinamicidade do território tendo a agência dos povos indígenas como protagonista dos processos, os pontos de história são espaços naturais como cachoeiras e rios, mas também pontos de encontro na cidade, a exemplo do Mercado Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

Desse modo, a floresta se faz presente no processo de construção da identidade dos habitantes da região, processo esse que demarca as práticas de tradições herdadas dos antepassados, como as redes de troca e a mobilidade circular (Eloy, 2009). Para tanto, a compreensão desse território parte, impreterivelmente, para uma leitura em rede: humanos, não humanos e ambiente.

Assim, os pontos de memória aqui citados, que por consequência incorporam-se na lógica das redes ampamente debatidas aqui, esbarram na problemática da preservação do território. Seja porque a floresta vive uma crescente perseguição à natureza incentivada pelo avanço do capitalismo e das políticas neoliberais, como a venda de créditos de carbono, seja porque a lógica ocidentalista da sociedade entra em conflito com as noções de território dos povos tradicionais.

As novas dinâmicas sociais das sociedades amazônicas impactam cotidianamente a vida das populações tradicionais, a exploração do território do alto rio negro outrora ameaçada pelas consequências dos processos de colonização, esbarrou nos anos 1980 no garimpo que serviu de arma para a consolidação do processo de demarcação do TI Alto Rio Negro. O advento do neopentecostalismo junto ao avanço do desmatamento e da política de ode à natureza incentivada, inclusive pelos governos, trouxe uma nova roupagem no que diz respeito à preservação desses pontos de história.

Por fim, é imprescindível considerar, nesse contexto, a autodeterminação dos povos como fator preponderante para a preservação dos pontos de memória, apesar do contexto

conturbado — e que não é de hoje. A formação de Arqueólogos indígenas cumpre um papel imensurável para a região, está aliada às políticas públicas de preservação que partem das academias, do Estado e da mobilização dos movimentos.

## REFERÊNCIAS

Abu-Lughod, Lila. A Escrita contra a cultura. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>.

Almeida, Uremini Odilson Penha. Lugares Sagrados e Sítios Arqueológicos no entorno da Comunidade Matapi do Baixo Uaupés. *Revista Aru*, v. 4, p. 14-31, 2019.

Barbosa, Marcos Rezende. Por que os lugares sagrados são importantes para o povo Tuyuka em São Pedro, Alto Tiquié?. *Revista Aru*, v 4, p58-67, 2019.

Balée, William. Historical ecology: premises and postulates. *Advances in historical ecology*, p. 13-29, 1998.

Carmo, Vinicius Oliveira do et al. *Desenvolvimento Rurbano: estudo de caso do programa ligue os pontos*. 2021.

Crumley, Carole L. et al. Studying long-term changes in cultural landscapes: outlines of a research framework and protocol. *Landscape Research*, v. 42, n. 8, p. 880-890, 2017.

Denevan, William M. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 82, n. 3, p. 369-385, 1992.

Eloy, Ludivine. Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste amazônico. *Anthropology of Food*, [S.l.], n. S6, 2009.

Eloy, Ludivine; Lasmar, Cristiane. A urbanização no alto Rio Negro: as dinâmicas socioculturais e agrícolas em jogo. 2006.

Eloy, Ludivine; Lasmar, Cristiane. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). *Acta Amazonica*, v. 41, p. 091-102, 2011.

Forman, Richard. *Land mosaics: the ecology of landscapes and regions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- Freyre, Gilberto. *Rurbanização: que é Recife*, [IJNPSO], 1961. Reeditado, posteriormente, pela Ed. Massangana, em, 1982.
- Freyre, Gilberto. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Rio de Janeiro: J. Olympio, (1945).
- Harvey, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.
- Hornborg, A. *Ethnogenesis, regional integration, and ecology in prehistoric Amazonia*. *Current Anthropology* 46:589-620, 2005.
- Krenak, Ailton. *Futuro Ancestral*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Ladio, A.H.; Albuquerque, U.P. *The concept of hybridization and its contribution to urban ethnobiology*. *Ethnobiology and Conservation*, v.3, n.6, p.1-9, 2014.
- Lussault, M. *La Ville Clarifiée. Essai d'analyse de quelques usages cartoet iconographiques en oeuvre dans le projet urbain*. In: Cambrézy, L.; DE Maximy, R. (Ed.). *La Cartographie en Débat*. Paris: Karthala-Orstom, 1995.
- Oliveira, Paulo C. de. *Gestão territorial indígena*. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006.
- Pardini, P. *Amazônia Indígena: a floresta como sujeito*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.15, n.1, 2020.
- Pedrosa, João Carlos Monteiro. *Como revitalizar os conhecimentos sobre os lugares sagrados no Baixo e Médio Tiqué?*. *Revista Aru*, v. 4, p43-57, 2019.
- Pompeu, André; Matos, Frederik. *“Os principais frutos da terra”: A economia das drogas do sertão nos dois lados do Atlântico (Século XVIII)*. In: *O mundo do trabalho na Amazônia Colonial – São Paulo, SP: Livraria da Física*, 2021.
- Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- Rylo, Ivo. *Uma das capitais com piores índices de arborização em todo o país, Manaus busca reação com campanhas de plantio de espécies*. G1 Amazonas [online], 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/07/30/uma-das-capitais-com-piores-indices-de-arborizacao-em-todo-o-pais-manaus-busca-reacao-com-campanhas-de-plantio-de-especies.ghtml>. Acesso em 05 de Março de 2024.

Santos, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 1994.

Santos-Granero, Fernando; Barclay, Frederica; King, Elisabeth. Selva Central: history, economy, and land use in Peruvian Amazonia. (No Title), 1998.

Shock, M; Moraes, C. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas da transição Pleistoceno/Holoceno. Boletim Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n.2, p. 263-289, maio-ago. 2019.

Trindade Júnior, Saint-Clair Cordeiro. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira (Paper 321). Papers do NAEA, v. 22, n. 1, 2013.

Trivellato, Cauê. Comercialização de plantas alimentícias em São Gabriel da Cachoeira-Amazonas. 2019.

Turner, Monica G. et al. Landscape ecology in theory and practice. Springer New York, 2001.

Data de envio (Recebido) 30 de outubro de 2024  
Aceito em 19 de dezembro 2024